

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Agradecendo o convite que me foi endereçado, tenho a honra de enviar o contributo que se segue, que organizei em quatro linhas chave.

1 - Os meios condicionam o desempenho

A ciência deve reger-se por elevados padrões de qualidade e desempenho. Neste contexto pensa-se imediatamente em termos de resultados que, ninguém contesta, devem ser de nível internacional, mas facilmente se esquecem ou se ignoram os meios (materiais e humanos) necessários para atingir esses resultados. Os resultados devem exigir-se na medida em que os meios estão assegurados. A realidade mostra, infelizmente, que as condições disponibilizadas aos investigadores no nosso país são extremamente adversas mas, por outro lado, não deixa de se exigir resultados como se essas condições fossem as ideais. Não é por acaso que os investigadores portugueses enquadrados em instituições estrangeiras demonstram um desempenho em tudo semelhante aos investigadores de outras nacionalidades. A política de ciência atualmente seguida empurra os investigadores para o estrangeiro, esvaziando e depauperando o país.

2 - A investigação não pode ser burocratizada

A visão que as entidades financiadoras nacionais de ciência e tecnologia revelam ter sobre investigação é fortemente burocrática. Não se pode exigir que em fase de candidatura de um projeto de investigação se determinem à partida (ou seja, por vezes com 3 a 4 anos de antecedência) a lista exata de ferramentas e/ou equipamentos necessárias à execução dos trabalhos, pois não é realista pensar que se conhecem à partida todas as vertentes daquilo que se vai investigar. Não se pode negar a elegibilidade de uma licença de software ou de uma ferramenta simplesmente porque isso não foi previsto em fase de candidatura, já que estar a prever, à partida, ferramentas que poderão não ser utilizadas conduz a um elevado risco de má utilização de recursos. Não se pode questionar a elegibilidade de uma resma de papel ou de um toner para uma impressora por falta de demonstração de que esses consumíveis foram efetivamente usados. Este tipo de atitudes tem por único efeito impedir a investigação, que é, por natureza, uma atividade sujeita a incerteza.

3 - O desafio da avaliação da investigação científica

A avaliação de desempenho é uma atividade essencial cuja necessidade ninguém questiona. No entanto, nos últimos tempos em Portugal tem-se adotado práticas de

avaliação de desempenho que em muitos países usados como modelo são questionadas e começam a deixar de se utilizar (veja-se, por exemplo, o documento "Measuring the Impacts of Federal Investments in Research: A Workshop Summary. National Academies (US) Committee on Measuring Economic and Other Returns on Federal Research Investments. Washington (DC): National Academies Press (US); 2011"). Certas métricas de desempenho são absolutamente necessárias em determinados contextos e são altamente prejudiciais noutros. As métricas não podem prejudicar a natureza dinâmica da ciência e tecnologia. A avaliação não pode reger-se simplesmente pelo imediatismo de resultados e tem que deixar espaço à exploração de linhas que, eventualmente, se revelarão infrutíferas. O risco e a incerteza são a essência da investigação.

Os painéis de avaliação devem ser constituídos por peritos nas áreas em causa (ou seja, por verdadeiros pares), e não por peritos noutras áreas científicas. Quem avalia deve conhecer a área que está a avaliar, as suas condicionantes, o seu ambiente, o desempenho esperado, os parâmetros que devem ser utilizados e o estado da arte nessa área em particular.

4 - Métricas de desempenho

Métricas tradicionais, desenvolvidas antes da generalização da utilização das tecnologias da informação e comunicação são, em muitos casos, pouco eficazes quando comparadas com a visão aberta e muito mais abrangente de ferramentas como o Google Scholar ou outras.

A seleção de determinadas métricas de desempenho pode dar incentivos em direções erradas. Certas linhas de orientação são enganadoras: por exemplo, exigir e/ou sobrevalorizar patentes em ciências da computação é limitar a inovação. Um outro aspeto é o do peso burocrático que as métricas (e o reporting) acarretam para os investigadores. Devem evitar-se soluções fortemente burocráticas sob pena de se consumir recursos de investigação em tarefas administrativas.

Aproveito para lhe endereçar os mais respeitosos cumprimentos,

Fernando P. L. Boavida Fernandes

Diretor do Centro de Informática e Sistemas da Universidade de Coimbra

15 de junho de 2014